

CNI quer mudanças no segundo turno, diz Luiz Eulálio

Da Sucursal do Rio

O empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), disse ontem no Rio que os vários segmentos do empresariado estão se unindo para barrar no segundo turno de votação do Congresso constituinte seis pontos básicos que no seu entender contrariam os interesses da livre iniciativa: a legislação de greve; o turno de seis horas de trabalho; a licença paternidade de oito dias; o tabelamento dos juros em 12%; os 30% de adicional de férias; e a imprescritibilidade das ações trabalhistas no setor rural.

Segundo Luiz Eulálio, esses pontos passaram no primeiro turno de votação pela falta de uma ação

coesa dos empresários que preferiram agir em torno dos seus interesses, esquecendo-se de que estava em jogo a livre iniciativa como um todo.

“Precisamos ser mais ideológicos e menos corporativos”, defendeu. Ele informou que o esforço de aglutinação para derrubar as propostas aprovadas vem sendo feito em reuniões de políticos do Centrão com empresários da indústria, comércio, agricultura e finanças. O próprio Luiz Eulálio está coordenando uma comissão criada há dois meses pela CNI que reúne os presidentes de federações de indústrias dos vários estados para elaborar “sugestões de um Plano de Ação em Defesa da Livre Iniciativa”. A comissão reuniu-se ontem e faz outra reunião no dia 24, em Brasília, quando Vidigal espera ter uma proposta concreta de

trabalho a ser elaborado por uma “assessoria profissional”.

O vice-presidente da CNI ressaltou que o trabalho da comissão que preside tem objetivos mais a longo prazo que o segundo turno do Congresso constituinte. “Queremos aproveitar o surgimento de novas lideranças propiciado pelos debates constitucionais para construir uma organização empresarial mais compacta no Brasil”, explicou. Vidigal disse ainda que os empresários precisam “esquecer as siglas” para se unirem em torno de objetivos. Ele lembrou, por exemplo, que a UDR (União Democrática Ruralista) ficou sozinha na luta contra o capítulo da reforma agrária quando estava em jogo “o princípio capitalista da livre iniciativa”.

Vidigal disse na entrevista que o Congresso constituinte aprovou no

primeiro turno “absurdos”, como a nacionalização do subsolo e “barbaridades”, como o tabelamento dos juros bancários em 12%. Ele espera derrubar pelo menos as “barbaridades”, lembrando que a questão do subsolo não une porque “quem tem cartório (direitos de exploração adquiridos) não vai querer perder”. No capítulo “direito de greve” ele quer que a Constituição diga apenas que “é livre o direito de greve”, deixando para a legislação ordinária a regulamentação da matéria. Ele considerou a licença paternidade de oito dias “jocosa”, disse que o turno de seis horas “inviabiliza o trabalho em plataformas de petróleo e indústrias siderúrgicas” (a plataforma trabalha com turnos de doze horas) e acrescentou que o adicional de 30% nas férias será anulado pela sua transferência para os preços.



Luiz Eulálio, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria